

ATA NÚMERO 108/XIII (3.ª)

A 7 de fevereiro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Ministro da Educação na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre as declarações prestadas ao *Diário de Notícias* acerca do clima de violência que se vive no desporto.

2. Audição regimental do Ministro da Educação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, para discussão das políticas no âmbito da juventude e do desporto

1. Audição do Ministro da Educação na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre as declarações prestadas ao *Diário de Notícias* acerca do clima de violência que se vive no desporto.

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela iniciou os trabalhos dando as boas vindas ao Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, e ao Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Rebelo.

Na parte da audição do Senhor Ministro da Educação referente ao requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre as declarações prestadas ao *Diário de Notícias* acerca do clima de violência que se vive no desporto, usou da palavra o Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD), que sumariou as questões subjacentes ao requerimento:

- A Lei da Violência no Desporto que foi aprovada em 2013 tinha e tem no seu articulado uma competência remetida ao Governo que era a de avaliação da mesma que deveria ser feita dois anos após a entrada em vigor, o que coincide

temporalmente com julho de 2015. Nessa data, decorreu uma primeira reunião com todos os agentes desportivos e de segurança no sentido de se iniciar esse processo;

- Dois meses depois houve eleições e, por isso, a sequência não foi aquela que se pretendia, mas a verdade é que relativamente a esse período decorreram já vinte e seis meses desde que o Ministro da Educação está em funções e, por isso, é importante perceber o que é que foi feito no sentido de promover a avaliação da legislação;
- No que diz respeito à atividade desportiva, perceber se o videoárbitro e as alterações da Lei da Transparência são as únicas alterações porque se forem só essas, as mesmas não dependem do Governo;
- Compreender se aquelas sugestões que o Presidente da Federação de Futebol mencionou na Comissão estão a ser trabalhadas, designadamente a criação de uma entidade externa para regular a matéria relativa à violência no desporto. Nesse sentido, questionou se o Governo está a trabalhar nessa matéria, o que é que o Ministro da Educação pode trazer à Comissão de facto, daquilo que são os contributos concretos.

Em resposta, o Senhor Ministro da Educação mencionou que no que respeita às importantes questões de violência em contexto desportivo, o papel fundamental do Governo é a moderação.

Sublinhou também que o Ministério da Educação está neste momento a debruçar-se sobre o processo de revisão da lei, monitorizando-a e em diálogo com todos os agentes ligados ao sector. Mais do que uma mera revisão rotineira da lei, todos estão a participar neste processo de revisão de forma a todos darem o seu contributo aos autores finais dessa lei, os Deputados da Assembleia da República.

O Senhor Deputado João Torres (PS) questionou o Senhor Ministro sobre a avaliação que faz aos serviços do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) quanto aos múltiplos processos em curso quanto a esta matéria, uma vez que parece ser muito importante eliminar a pendência processual e também acelerar essa mesma celeridade processual. Nesse sentido, questionou o Senhor Ministro da Educação sobre se tem empreendido iniciativas nesse sentido e com que finalidade.

Perguntou ao Senhor Ministro da Educação, no âmbito da avaliação da Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, se pode adiantar algumas reflexões sobre a atual redação da lei e as alterações que entenda adequado propor.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) questionou o Senhor Ministro da Educação sobre se há ou não a possibilidade da parte do Governo de, em conjunto com o Ministério da Cultura, as entidades responsáveis e a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), pensar o problema da violência no desporto e no futebol não como um mero problema das entidades diretamente responsáveis, mas tentar compreender o fenómeno de uma forma mais abrangente.

Assim, tentar combinar ações de formação com uma outra postura por parte da ERC seria provavelmente um dos passos necessários para combater o flagelo da violência.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) questionou o Senhor Ministro da Educação relativamente ao trabalho conjunto que possa ser feito com o Conselho Superior da Magistratura (CSM) e com o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), no sentido de habilitar os decisores judiciais ao conhecimento daquilo que é o espírito do legislador das leis que esses magistrados vão depois aplicar, porque há um desfasamento muito grande entre a intenção do legislador e a concretização penal ou contraordenacional do que é legislado.

Destarte, perguntou relativamente à eficácia na aplicação da lei o que é que do ponto de vista do Ministério da Educação pode ser feito e que trabalho é que pode ser realizado com o CSM e o CSMP para que a lei portuguesa que é semelhante à de outros países tenha uma aplicação que seja também semelhante à aplicação que é feita nesses países.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) salientou a necessidade imperiosa de se fazer um combate a qualquer tipo de comportamento violento, às várias formas de violência que existem e a qualquer tipo de comportamento xenófobo ou racista.

Disse que há naturalmente instrumentos legais nesse sentido, mas há também um conjunto de outras observações que o Grupo Parlamentar do PCP não pode deixar de colocar neste debate. O desporto enquanto espetáculo é neste momento uma indústria mercantilizada, considerando-se, por exemplo, que o futebol se transformou num negócio de milhões.

Referiu que não podem falar dos fenómenos que existem de violência e de comportamentos racistas e xenófobos, de várias formas de violência, sem ter em conta a realidade concreta do desporto que é esta realidade de uma indústria e de uma mercantilização, afastando-se daqueles que são os próprios princípios e as bases fundamentais nos quais o desporto foi fundado.

Mencionou que aquele que tem sido o caminho seguido ao longo de vários anos de mercantilização e de transformação do desporto que deixa de ser um direito para passar a ser um negócio e é nesta matéria que o Grupo Parlamentar do PCP entende que o Governo tem responsabilidades a assumir em políticas de promoção do desporto enquanto direito, seja nas questões da prevenção da violência, seja em matérias da própria educação para o desporto enquanto direito e para uma cooperação e amizade.

O Senhor Ministro da Educação respondeu às questões colocadas pelas Senhoras e Senhores Deputados tendo referido, designadamente que o Ministério da Educação reforçou no início de 2018 para o dobro os meios jurídicos e de auditoria que estão alocados ao IPDJ, bem como o aprofundamento desses recursos humanos na sua especialização em justiça desportiva.

Disse que muito embora já previstos nesta lei, todos têm conhecimento que os promotores, os organizadores de eventos desportivos nem sempre acautelam como seria exigível o desenvolvimento de programas socioeducativos de prevenção.

No entanto, nessa matéria o Ministério da Educação, o IPDDJ, o Estado Português dá um bom exemplo, acima de tudo no Plano Nacional de Ética no Desporto, onde já foram executadas mais de duas mil ações, desde o cartão vermelho ao *bullying*, o cartão branco ao *fair play*, tem ações de formação, de pedagogia, tem também ações dirigidas às famílias, financiamento a projetos específicos, acima de tudo sempre centrados na promoção dos valores de integridade, da ética e da igualdade do desporto.

Na intervenção final, o Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) questionou o Ministro da Educação sobre se há necessidade de repensar o funcionamento da arbitragem da disciplina das competições profissionais de futebol, nomeadamente no que respeita à respetiva competência regulamentar, ou seja, se o Ministro da Educação pretende fazer algo nesta matéria.

Questionou o Senhor Ministro da Educação sobre qual o ponto de situação dos grupos organizados de adeptos, o que é que pensa fazer relativamente a esta questão, se está a pensar alterar a legislação.

No final, o Senhor Ministro da Educação respondeu às questões colocadas.

A documentação da audição e a sua gravação vídeo encontram-se disponível na [página internet da Comissão](#).

Na parte respeitante à audição regimental, após a intervenção inicial do Senhor Ministro da Educação, usaram da palavra os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), Hugo Carvalho (PS), Luís Monteiro (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado intervindo a seguir a cada intervenção dos Grupos Parlamentares, para responder às questões colocadas.

Na segunda ronda, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Cristóvão Simão Ribeiro (PSD), João Torres (PS), Jorge Campos (BE) e Diana Ferreira (PCP). O Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado responderam às questões, após cada intervenção dos Deputados.

Usaram da palavra, na terceira ronda, os Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Diogo Leão (PS), Susana Lamas (PSD), Jorge Campos (BE), Pedro Pimpão (PSD) e Diana Ferreira (PCP). O Senhor Secretário de Estado respondeu no final, em bloco, às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado os esclarecimentos prestados.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 13:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de fevereiro de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 14 de fevereiro de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
João Azevedo Castro
João Pinho de Almeida
João Torres
Joel Sá
Jorge Campos
Luís Monteiro
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Constança Urbano de Sousa
Emídio Guerreiro
Margarida Mano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira
Joana Barata Lopes
Pedro Delgado Alves

